

Efeitos da Lei N. 12.350/2010 (altera o art. 12-A da Lei N. 7.713/88)

RENDIMENTOS RECEBIDOS ACUMULADAMENTE - RRA

Por: Marcelo Barros Marques



O Que é Receita Recebida Acumuladamente - RRA

Com a nova redação do art. 12-A, da Lei N. 7.713/88, dada pela Lei N. 12.350/2010 (art.44) os rendimentos do trabalho e os provenientes de aposentaria, pensão, reserva remunerada e reformas, quando não correspondentes ao ano-calendário do recebimento, serão tributados (IRRF) exclusivamente na fonte, no mês de recebimento do crédito, mediante utilização de tabela progressiva resultante da multiplicação da quantidade de meses a que se refiram tais rendimentos.

Art. 28 da Lei 10.833/2003

Art. 28. Cabe à fonte pagadora, no prazo de 15 (quinze) dias da data da retenção de que trata o caput do art. 46 da Lei nº 8.541, de 23 de dezembro de 1992, comprovar, nos respectivos autos, o recolhimento do imposto de renda na fonte incidente sobre os rendimentos pagos em cumprimento de decisões da Justiça do Trabalho.

ART. 2º DA IN RFB N. 1.127/2011

Serão tributados (IRRF) na forma da tabela progressiva de que trata o Anexo Único da IN RFB N. 1127/2011 (RRA) os rendimentos de caráter alimentar, tratados no art. 12-A da Lei 7.713/88 recebidos a partir de 28 de julho de 2010.

Poderão ser tributados da mesma forma os rendimentos recebidos a partir 1º de janeiro de 2010 poderão ser tributados na forma de RRA . (art. 44, Lei N. 12.350/2010).

BASE DE CÁLCULO DAS RRA

Anexo I, “b” da IN RFB N 1.127 (vigência: abr a dez/11)

Base de Cálculo em R\$	Alíquota (%)	Parcela a Deduzir do Imposto (R\$)
Até (1.566,61 x NM)	-	-
Acima de (1.566,61 x NM) até (2.347,85 x NM)	7,5	117,49575 x NM
Acima de (2.347,85 x NM) até (3.130,51 x NM)	15	293,58450 x NM
Acima de (3.130,51 x NM) até (3.911,63 x NM)	22,5	528,37275 x NM
Acima de (3.911,63 x NM)	27,5	723,95425 x NM

APURAÇÃO DA BASE DE CÁLCULO (artigos 4º e 5º da IN RFB N. 1.127/2011)

Para apuração da base de cálculo do montante tributável das RRAs poderão ser deduzidos:

- **despesas com honorários advocatícios;**
- **Pensão alimentícia; e**
- **Contribuições previdenciárias.**

Suponhamos que certa pessoa física tenha a receber R\$ 105.000,00 relativos a créditos trabalhistas referentes a serviços extraordinários reclamados nos últimos cinco anos oriundo de sentença judicial da Justiça do Trabalho.

- O beneficiário da ação deverá recolher ao INSS a título de contribuição previdenciária R\$ 6.000,00;
- Pagou a seu advogado contratual o honorário de R\$ 4.500,00.

[PLANILHA DE CÁLCULO](#)